

“Hora da Cultura Jurídica” na biblioteca da SJBA faz sucesso em sua estreia



60 espectadores, entre juízes, servidores e estudantes.

Dr. Dirley começou agradecendo pelo convite e enaltecendo a importância deste momento para essa Seção: “O Hora Jurídica na biblioteca é uma forma não apenas debater temas jurídicos importantes

como também ter o contato mais permanente e periódico com esta casa”. Ao iniciar a palestra, enfatizou que a Constituição por si só não faz milagres; ela depende que suas promessas jurídicas, normativas sejam cumpridas e nós (juristas e cidadãos) somos os maiores responsáveis pelo cumprimento e execução dessas promessas.

Também elogiou a Constituição brasileira, que logo em suas primeiras páginas defendem os chamados direitos fundamentais ou “Direitos Humanos”. O magistrado

discorreu sobre como, de acordo com o momento histórico, a constituição dos países mudaram e se reinventaram no ponto de vista jurídico e até político, bem como essas intervenções afetam positivamente e negativamente a vida dos cidadãos.

Nos minutos finais o diretor do Foro abriu espaço para perguntas e contribuições dos espectadores. Os questionamentos em sua totalidade eram sobre temas atuais da política e da jurisdição brasileira e assim, neste mesmo debate, surgiu a possibilidade de numa futura edição do “Hora da Cultura Jurídica” ter como tema “O Estado Constitucional Cooperativo”.

A respeito desta iniciativa Dr. Dirley entonou os seguintes votos: “Espero que o dia de hoje sirva para que esse projeto não só se amplie; como se consolide na memória e na história desta Seção Judiciária da Bahia e sirva de paradigma para tantas outras seções judiciárias”. O debate acalorado ao final da palestra deixou o “gostinho de quero mais” e a certeza de que haverá muitas outras edições do “Hora da Cultura Jurídica”.

Por Carolina Sales

Nova diretoria da AJUFBA toma posse hoje



A nova diretoria da AJUFBA eleita para o biênio 2018-2020 tomará posse hoje, às 17h, no refeitório dos juízes desta Seccional, e é composta pelos seguintes magistrados: Saulo José Casali Bahia como presidente; Rafael Ianner Silva como vice-presidente e diretor de subseções; Marla Consuelo Santos Marinho como secretária geral e tesoureira; Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa como diretora de prerrogativas; e Cynthia de Araújo Lima Lopes como diretora social e de eventos.

CNJ abre consulta pública sobre metas do Judiciário para 2019

Foi aberta a consulta pública para avaliar as metas nacionais do Judiciário para 2019. É o segundo ano em que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) colhe sugestões. Qualquer cidadão pode opinar, pelos próximos doze dias, por meio de formulário acessível no link <http://bit.ly/2yZ8ShS>. A pesquisa inova ao buscar saber, pela primeira vez, que tema seria importante também para 2020.

Pode-se opinar sobre as metas dos cinco ramos de Justiça - estadual, federal, do trabalho, eleitoral e militar - em questionário único ou um segmento por vez. Outras duas páginas trazem as propostas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Nada impede que sejam avaliados todos os ramos, ambos os tribunais ou apenas algum deles.

As perguntas admitem resposta de sim ou não, ajustes de percentual ou do prazo de referência, conforme a meta. Presente em todos os formulários, o item sobre o tema a ser destacado em 2020 é o último e facultativo.

Cada ramo propôs objetivos próprios na Reunião Preparatória do XII Encontro Nacional do Judiciário, de 27 a 28 de agosto. O CNJ, então, consolidou-os nas propostas agora trazidas ao público. Durante o Encontro Nacional, de 3 a 4 de dezembro, os presidentes dos tribunais votarão as metas finais, como nas edições anteriores.

A consulta está prevista na Portaria CNJ 114/2016, que fixa diretrizes do processo participativo de definição das metas. (Fonte: CNJ)

Alterações nas Publicações na Imprensa Nacional (DOU)

A SEREXP-BA informa que, de acordo com o art. 38 da Portaria 283, de 02/10/2018 (disponível no site www.in.gov.br, em “Serviços”, “Legislação de Publicação”), a fonte exigida para formatação das matérias passa a ser “CALIBRI”, tamanho “9”.

A medida vigora a partir de 01/11/2018 e solicita que todas as matérias encaminhadas doravante sejam adaptadas a essa condição.

Alertamos que, em função do horário de verão, o limite para o envio das publicações no Diário Oficial da União passa a ser às 16h30m.

Aniversariantes

Hoje: Juíza federal substituta Paula Souza Moraes (Irecê). **Amanhã:** Reynaldo Augusto do Patrocínio Neto (Alagoinhas), Ricardo da Silva Mota (Eunápolis), Leonardo Carvalho Pinto (Jequié), Rita de Cássia Oliveira Araújo (NUCOD), Adrianny Pereira de Almeida e Adrielly Pereira de Almeida (Feira de Santana). **Domingo:** André Luiz Limoeiro Carvalho (Itabuna). **Segunda-feira:** Lucileide Gama Lima Oliveira (Paulo Afonso), José Joaquim Medrado Neto (NUCJU), Thiago Valério de Freitas (Vitória da Conquista) e Sergio Pereira Assunção (Bom Jesus da Lapa).

Parabéns!

Inscrições abertas para palestra sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Gestão da Res Pública e o Controle Social



A Escola de Administração Fazendária (ESAF) está com inscrições abertas até o dia 15/11 para a palestra sobre Lei de Responsabilidade Fiscal, a Gestão da Res Pública e o Controle Social.

A palestra, gratuita, é voltada para Gestores, servidores e empregados públicos, além de profissionais liberais, empregados da iniciativa privada, professores e estudantes universitários e demais cidadãos.

Dentre os conteúdos apresentados estão um breve contexto histórico que antecedeu LRF (contexto da reforma do aparelho do Estado e o convite para o cidadão fazer parte da gestão da Res

Pública), a necessidade de transparência na prestação de contas à sociedade e as possibilidades de intervenção no planejamento e prestação de contas e o papel da evidenciação contábil em relação ao controle social e participação na gestão pública.

O curso será ministrado pela Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva. Para conhecer mais sobre os conteúdos que serão tratados, basta acessar: <http://esaf.fazenda.gov.br/institucional/centros-regionais/bahia/palestra-sobre-a-lei-de-responsabilidade-fiscal-a-gestao-da-res-publica-e-o-controle-social>.

O curso, presencial, utilizará a metodologia de debate e será realizado na terça-feira (20/11) das 14h às 18h no Edifício do Ministério da Fazenda – ESAF, na Avenida Jequitaia, s/n, sala 405, no bairro do Comércio em Salvador/BA. Para realizar a inscrição basta acessar o site: https://sisfie.esaf.fazenda.gov.br/SISFIE_INSCRICAO/login.jsf.